



EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: PENSANDO A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Paula Mitsuyo Yamasaki Sakaguti*¹

Coautores:

Guilherme Oliveira²

Carmem Lima³

Ester Kochaki⁴

Jhenifer Souza⁵

Kamilly Miranda⁶

Sandra Barbosa⁷

Orientadora

Paula Mitsuyo Yamasaki Sakaguti⁸

Eixo Temático: Docência e formação de professores

Resumo expandido

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa inicial do GT- Educação Especial do Centro Universitário Internacional UNINTER e tem como objetivos inserir os acadêmicos no cotidiano da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; e refletir sobre a articulação entre os fundamentos teóricos e a prática docente necessária à formação de docentes para a inclusão escolar. Insere-se numa abordagem qualitativa de

¹ Centro Universitário Internacional UNINTER; Curso: Pedagogia; Agência de fomento: Pibid Uninter; E-mail: paula.s@uninter.com

² Centro Universitário Internacional UNINTER; Curso: História; Agência de fomento: Pibid Uninter; E-mail: pibid@uninter.com

³ Centro Universitário Internacional UNINTER; Curso: Pedagogia; Agência de fomento: Pibid Uninter; E-mail: pibid@uninter.com

⁴ Centro Universitário Internacional UNINTER; Curso: Pedagogia; Agência de fomento: Pibid Uninter; E-mail: pibid@uninter.com

⁵ Centro Universitário Internacional UNINTER; Curso: Pedagogia; Agência de fomento: Pibid Uninter; E-mail: pibid@uninter.com

⁶ Centro Universitário Internacional UNINTER; Curso: Pedagogia; Agência de fomento: Pibid Uninter; E-mail: pibid@uninter.com

⁷ Centro Universitário Internacional UNINTER; Curso: Pedagogia; Agência de fomento: Pibid Uninter; E-mail: pibid@uninter.com

⁸ Doutora em Educação; Professora Orientadora; Centro Universitário Internacional UNINTER; Agência de fomento: Pibid Uninter; E-mail: paula.s@uninter.com



cunho exploratório. O contexto é a sala de recursos e classe comum das instituições parceiras deste programa de iniciação à docência, a saber: Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro e Colégio Estadual Paulo Leminski. Por meio da observação, tem-se como resultado parcial a falta de atendimento educacional especializado em salas de recursos para trabalhar as demandas apresentadas pelos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Palavras-Chave: Formação Docente. Educação Especial. Inclusão.

Introdução

Diante do cenário atual da educação inclusiva, urge oportunizar momentos de reflexão e análise sobre o panorama da educação especial aos licenciados com o processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos, incluindo-se aqueles com deficiência (intelectual, física, sensorial), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Desenvolvimento

Na perspectiva inclusiva, a educação especial passa a fazer parte do sistema de ensino comum, compondo a proposta político-pedagógica da escola num panorama inclusivo (BRASIL, 2008). De acordo com Nunes e outros (2015, p. 1109), a educação especial na perspectiva da inclusão não substitui a educação especial, esta modalidade “parte das lutas e bandeiras da educação especial, mas retoma a educação democrática para todos”. Ou seja, numa gestão democrática busca-se analisar o contexto histórico-social da exclusão, discutindo e vivenciando os valores inclusivos, para superar práticas excludentes enraizadas pela cultura escolar constatada pelo fracasso escolar, evasão e repetência.

Desta forma, visando a equidade e qualidade da educação, as políticas atuais emergem do desafio nacional de redução das desigualdades e à valorização da diversidade. A elaboração do Plano Nacional de Educação, com vigência entre 2014 e 2024, estabelece em sua meta quatro o desafio de universalizar o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado, aos alunos de quatro a dezessete anos, público-alvo da educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2014).

Cabe ressaltar que o sentido da inclusão vai além da ampliação do número de matrículas de alunos com deficiência (intelectual, física ou sensorial) transtornos globais



do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas salas de aula comum, sendo necessário reconhecer suas peculiaridades, condições de acesso e participação. Para tanto, a compreensão das diversas formas de linguagem oral, escrita e expressiva; os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem, além de formas diversas de expressão das potencialidades, mobilizam diversas ações no contexto escolar e redefinição da educação especial, vista anteriormente como um sistema paralelo e segregado de ensino (GLAT *et al.*, 2007).

Atualmente, a Educação Especial é concebida como

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.16).

Ao permitir o acesso à educação básica no contexto regular de ensino para esta população, entende-se que sua participação plena e a consideração de suas demandas específicas passam pela promoção do Atendimento Educacional Especializado.

Este atendimento especializado, proposto pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) ressalta o importante avanço das discussões e práticas educacionais no âmbito da política nacional à população da Educação Especial.

A participação e o respeito à diferença no que tange aos alunos com deficiência no sistema comum de ensino tem sido palco de debate mundial nas últimas décadas e no Brasil é um dos países consignatários desta política de inclusão na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994). Este documento, aprovado por aclamação, na cidade de Salamanca/Espanha, aos 10 de junho de 1994, representa uma das fases precursoras da mobilização social em prol das diferenças.

Metodologia

O presente estudo parte de uma abordagem qualitativa (GODOY, 1995), tratando-se de um estudo exploratório por investigar um problema de pesquisa pouco explorado, com vistas a empreender novas perspectivas e ampliar as pesquisas já existentes sobre a



temática (SAMPIERI *et al.*, 2006). O ambiente em que se desenvolve o estudo se insere nos cursos de Formação de Docentes de três escolas públicas estaduais no município de Curitiba, a saber: Colégio Estadual Paulo Leminski, Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro e Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto. O presente trabalho encontra-se em sua fase inicial de observação dos participantes, alunos que cursam o curso técnico e alunos que frequentam o serviço de atendimento educacional especializado. Na segunda etapa, pretende-se sistematizar o perfil dos participantes.

Resultados esperados

Esta fase inicial do GT Educação Especial pretende realizar a leitura crítica das práticas relacionadas à inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no cotidiano escolar. Além disso, buscar a superação da falta de atendimento especializado em espaços específicos como a Sala de Recursos. Das três escolas-parceiras para a efetivação do programa do PIBID, apenas uma instituição conta com apoio especializado às demandas dos alunos em salas de recursos.

A observação inicial, realizada pelos acadêmicos, da carência de programas destinados a esta população em horário contraturno nos serviços especializados inseridos no espaço escolar, motivou a pesquisar sobre como os alunos da Educação Especial são reconhecidos pelos professores na sala de aula comum e quais são as possibilidades de atendimento especializado nas salas de recursos.

Referências

BRASIL, Casa Civil. **LEI Nº13. 005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em: em: 23/09/2017.

_____. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> Acesso em: 23/09/2017.



_____. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 23/09/2017.

GLAT, R. *et al.* Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Revista do Centro de Educação**, v. 32, n.2, p. 343-355, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1171/117117241006.pdf> Acesso em 23/09/2017.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p, 20-29, Mai./Jun., 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf> Acesso em: 08/05/2017.

NUNES, S. S. *et al.* Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1106-1119, Dez., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n4/1982-3703-pcp-35-4-1106.pdf> Acesso em: 23/09/2017.

SAMPIERI, R. H. *et al.* **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw- Hill, 2006.